

Medsimples Securitizadora de Recebíveis S.A.

CNPJ/ME 48.440.032/0001-34 - NIRE 35.300.609.328

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/07/2024

Data Hora e Local: Aos 30/07/2024, às 09:00 horas, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.140, 7ª Andar, CNPJ, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo/SP, CEP 04571-930. **2. Convocação:** Independente de publicação, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações. **3. Presença:** Totalidade dos acionistas presentes. **4. Mesa:** Presidente: **Roberto Chilverguer**; Secretário: **Roberto Chilverguer**. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) transferência das ações; (b) consolidação do estatuto social. **6. Deliberações:** (a) Neste ato, o acionista **Roberto Chilverguer** (brasileiro, administrador, divorciado, portador da cédula de identidade nº 19426588 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 266.579.558-20, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Caropá, nº 90, Vila Madalena, CEP 05447-000) cede e transfere, a título oneroso, a totalidade de suas ações no valor de R\$ 10.000,00, divididas em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, para a nova acionista **Lions Participações S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1.140, 7ª Andar, CNPJ, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo/SP, CEP 04571-930 e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, depósitos e agências em outras praças do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria/Assembleia Geral. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto social (i) a aquisição e securitização de créditos mercantis ("Créditos Mercantis"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites e a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de *hedge* em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Classificação do CNAE do objeto acima será 64.92/1-0. **Art. 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Art. 5º.** A Companhia terá 10.000 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, divididas em 10.000 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. **§ 1º.** A Companhia poderá autorizar suas ações para serem objeto de cancelamento ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação. **§ 2º.** A ação é indivisível em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§ 3º.** As ações são nominativas e a sua propriedade será presumida pela anotação nos livros sociais competentes. Mediante solicitação do acionista neste sentido, serão emitidos títulos ou certificados representativos de ações, assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente. **Art. 6º.** A Companhia poderá, nos aumentos de capital, emitir ações ordinárias ou ações preferenciais, ou somente de um tipo, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se quanto às ações preferenciais, o limite máximo de 50% do total das ações ordinárias de acordo com disposto no art. 15, § 2º da Lei das S.A. **Art. 7º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Art. 8º.** As ações preferenciais não terão direito a voto e terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. **Art. 9º.** As emissões de ações, bônus de subscrito e debêntures conversíveis em ações deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral. **§ Único.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Art. 10º.** É assegurado o direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem, restando-se o exercício desse direito de acordo com a legislação aplicável. **Capítulo III Da Assembleia Geral. Art. 11º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses, após encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigem. **§ 1º.** A Assembleia Geral será convocada e instalada em observância às disposições legais aplicáveis. A Assembleia Geral será presidida por qualquer acionista ou qualquer dos Diretores, conforme for escolhido pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia. O Presidente da Assembleia Geral convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. **§ 2º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia presentes à Assembleia Geral. **§ 3º.** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, não sendo permitido que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal acordo. **Art. 12º.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas em Lei, deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Reformar este Estatuto Social; (ii) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os administradores (incluindo Diretores e membros do Conselho Fiscal) da Companhia; (iii) Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) Autorizar a emissão de debêntures; (v) Suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (vi) Deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrem para a formação do capital social; (vii) Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (viii) Autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial; **§ Único.** As deliberações da Assembleia Geral serão válidas somente se tomadas em conformidade com as disposições da Lei das S.A., conforme alterada. **Capítulo IV - Da Administração - Seção I - Da Diretoria. Art. 13º.** A Companhia será administrada e representada na seguinte forma: será administrada isoladamente pelo Diretor-Presidente, com prazo de gestão de 3 anos, permitida a reeleição. (i) Para a prática de atos sociais que envolvam a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos; (ii) Apresentar bens em garantias reais para terceiros, inclusive bens imóveis, e assinar contratos e alterações, inclusive de empréstimos; (iii) Instalar e presidir as reuniões da Diretoria a executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria; (iv) Planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias; (v) Representar a Companhia, perante as suas sociedades controladas e coligadas, bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avanços de eventuais acordos de acionistas, se houver; e (vi) Exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades. **§ 1º.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia e pelo Diretor-Presidente. **Dr. Roberto Chilverguer** acima qualificado, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano, exceto pelas procurações *ad iudicia* que poderão ter prazo de duração superior a um ano ou mesmo indeterminado. **§ 2º.** A Assembleia Geral poderá autorizar expressamente a prática de outros atos que vinculem ao Diretor-Presidente por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ou ainda pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um dos membros da Diretoria ou a um procurador. **Art. 14º.** Compete especificamente ao Diretor-Presidente: (i) Instalar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral; (ii) Deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia; (iii) Coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias; (iv) Representar a Companhia, perante as suas sociedades controladas e coligadas, bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avanços de eventuais acordos de acionistas, se houver; (v) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades. **§ Único.** O Diretor-Presidente será eleito pela Assembleia Geral dos acionistas e exercerá a função durante seu mandato. Na hipótese de impedimento, ausência, interdição ou falecimento do Diretor-Presidente, outro Diretor substituirá o Diretor-Presidente, sendo investido em suas funções, e convocará a Assembleia Geral dos acionistas para eleger um novo membro para ocupar o cargo vago. **Art. 15º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem mediante convocação de qualquer um dos Diretores. **§ 1º.** As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença da maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Diretor-Presidente um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal secretário seja membro da Diretoria. **§ 2º.** Os membros da Diretoria que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes, e a reunião será ainda considerada regular a reunião da qual todos os Diretores tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente ou que o respectivo voto seja enviado à sociedade na forma do parágrafo terceiro do artigo 15º. **§ 3º.** Os membros da Diretoria poderão votar por *e-mail*, fax, carta ou telegrama enviados à Companhia em atenção do Diretor-Presidente e caberá, neste caso, ao Diretor-Presidente a reunião lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado. **§ 4º.** Nas reuniões a Diretoria delibera por maioria de votos, cabendo a cada Diretor um voto, e, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade em caso de empate. **§ 5º.** As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de qualquer sistema mecanizado. **§ 6º.** O Presidente da reunião de Diretoria deverá observar e fazer cumprir as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal Acordo. **Art. 16º.** A remuneração dos Diretores será determinada pela Assembleia Geral, que pode fixá-la em montante anual ou mensal, global ou individual, obedecendo o disposto no *caput* do art. 152 da Lei das S.A., cabendo à Diretoria, em Reunião de Diretores, promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global. **Seção II - Do Conselho Fiscal. Art. 17º.** O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em Lei, será composto de 3 a 5 membros e igual número de suplentes. **§ 1º.** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais. **§ 2º.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral. **§ 3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **§ 4º.** Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **§ 5º.** Em caso de impedimento ou vacância permanente no cargo de um membro do Conselho Fiscal, o Conselho Fiscal poderá, por maioria de votos, convocar a Assembleia Geral para eleger um novo membro para substituí-lo. **Art. 18º.** O exercício social iniciará-se em 01 de janeiro e terminará no dia 31 de junho de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **§ 1º.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por Lei: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (iii) demonstração do resultado do exercício; e (iv) demonstração dos fluxos de caixa. **§ 2º.** Fará parte das demonstrações financeiras do exercício a proposta da Administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável. **§ 3º.** A Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e distribuir dividendos ou constituir reservas com base nos mesmos, observadas as disposições e limitações legais aplicáveis. **Art. 19º.** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (ii) constituição de reservas para contingências, se proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral; (iii) pagamento de dividendos obrigatórios, no termo do dia 21 deste Estatuto Social; e (iv) distribuição de lucros para os acionistas, se proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral. **Art. 20º.** O lucro líquido do exercício será reservado para a reserva especial de expansão e novos negócios que não poderá ser dada superior a 80% do capital social, se proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral; e (v) o saldo do lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pela Administração e deliberação da Assembleia Geral. **Art. 21º.** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% do saldo do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das S.A. **§ 1º.** Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **§ 2º.** A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados limites legais pertinentes. **Art. 21º.** A Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio *ad referendum* da Assembleia Geral. **Ordinária** que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Capítulo VI - Da prática de atos *ultra vires*:** **Art. 22º.** É expressamente vedado ser não lícito de pleno direito o ato praticado por qualquer acionista, administrador, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se, for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **Capítulo VII - Da liquidação:** **Art. 23º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo VIII - Das disposições**

Lions Participações S.A.

CNPJ nº 51.810.131/0001-75 - NIRE nº 35.300.622.081 - Companhia Fechada ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/10/2025

1. Data, Hora e Local: Aos 29/10/2025, às 10:00 horas, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.140, 7º Andar, Conj. 17, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo/SP, CEP 04571-930. **2. Convocação:** Independente de publicação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações. **3. Presença:** Totalidade dos acionistas presentes, conforme lista de presença constante do Anexo I. **4. Mesa:** Presidente: **Roberto Chilverguer**; Secretário: **Roberto Chilverguer**. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a constituição de garantia real mediante alienação fiduciária de ações de emissão de **Medismples Securitizadora de Recebíveis S.A.**, sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.440.032/0001-34, de titularidade da Companhia. **6. Deliberações:** Aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes, a constituição de garantia real mediante alienação fiduciária de 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão de **Medismples Securitizadora de Recebíveis S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 48.440.032/0001-34, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1.140, 7º Andar, Conj. 17, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo/SP, CEP 04571-930 (“**Medismples**” ou “**Emissora das Ações**”), de titularidade da Companhia, nos seguintes termos: (i) Ações Objeto da Garantia e sua descrição: 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Emissora das Ações; (ii) Finalidade e valor de principal da dívida garantida: as ações serão alienadas fiduciariamente em garantia da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie girográfiária, com garantia real adicional, em série única, de emissão da Medismples, no valor total de R\$ 2.000.000,00 (“**Dívida Garantida**” ou “**Debêntures**”); (iii) Remuneração da Dívida Garantida: Taxa DI acrescida de sobre taxa (*spread*) de 4% ao ano base 252 dias úteis; (iv) Vencimento da Dívida Garantida: 24 meses contados da Data de Emissão das Debêntures; (v) Encargos moratórios da Dívida Garantida: multa de 2% e juros de mora de 1% ao mês; (vi) Credor Fiduciário: **GD Partners Serviços Fiduciários Distribuidores de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.749.264/0001-04, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, parte 3, bloco Itanhanga, sala 3.105, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.775-003, na qualidade de agente fiduciário e em benefício dos beneficiários; (vii) Formalização: a alienação fiduciária será formalizada mediante instrumento próprio de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia, cujos termos e condições os acionistas conhecem e aprovam integralmente; (viii) Averbação: a alienação fiduciária será averbada no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora das Ações e em demais locais competentes. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar, com os mais amplos poderes, todos os atos necessários à implementação da garantia ora aprovada, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e estabelecer os termos e condições definitivos da alienação fiduciária; (b) celebrar o Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e quaisquer aditamentos que se façam necessários; (c) requerer e providenciar a averbação da garantia no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora das Ações e em demais locais competentes; (d) praticar todos os demais atos necessários à constituição, registro e formalização da garantia, e (e) outorgar poderes, inclusive *ad negotia*, a terceiros para, em qualquer caso, praticar todos os atos necessários à execução da garantia ora aprovada, nos termos a serem estabelecidos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, que, após lida, achada conforme e aprovada, é assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de outubro de 2025. **Roberto Chilverguer** - Presidente; **Roberto Chilverguer** - Secretário. JUCESP sob nº 1.398.767/25-6 em 24/11/2025, a) Marina Centuriani Dardani - Secretária Geral. **ANEXO I - Lista de Presença dos Acionistas Livres Participações S.A. - CNPJ/MF nº 51.810.131/0001-75 - NIRE 35300622081**

| Acionista | Assinatura |
|---|-------------------|
| Roberto Chilvarguer , brasileiro, administrador, divorciado, portador da cédula de identidade nº 19426588 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 00 266.579.558-20, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Caropó, nº 90, Vila Madalena, CEP: 05447-000. | |
| Daniel Rothman , brasileiro, casado, sob o regime de separação de bens, nascido em 31/10/1982, portador da cédula de identidade RG 29897219 SSP/SP e do CPF/MF nº 224.252.858-06, residente e domiciliado na Rua dos Pexotos 293, Ap. 171 A – São Paulo/SP CEP 01034-001. | |
| Rodrigo Rossini Dias Luz , brasileiro, casado, médico e empresário, portador de cédula de identidade RG 253485149 – SP e inscrito no CPF sob nº 224.252.778-97 residente e domiciliado na Rua Alagoas, nº 101, Ap. 61, Higienópolis, cidade de São Paulo/SP, CEP 01.242-001. | |
| Lizandra Nery Galgardo Ferreira , brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da cédula de identidade RG 52866315 SSP/SP e do CPF/MF 637.107.655-87, com endereço na Rua Aetaba, nº 144, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05447-170. | |
| Franz Erwein Georg Graf Von Schoenborn Wieseneth , alemão, casado sob o regime de separação de bens, empresário, portador da cédula de identidade estrangeiros RNE W276415-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 222.607.888-66, residente e domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Piraçuã, nº 382, Jardim Guedada, CEP 5610-060. | |
| Enrico Rossini Dias Luz , brasileiro, administrador de empresas, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 370131495 SSP/SP e do CPF nº 414.147.208-58, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 487, Ap. 62, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01244-001. | |

Medsimples Securitizadora de Recebíveis S.A.

CNPJ/ME nº 48.440.032/0001-34 – NIRE 35300609328

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26/09/2025

Art. 2da, Hora e Local: Realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Medisempes Securitizadora de Recebíveis S.A. ("Companhia") no dia 26/09/2025, às 10:00 horas, na sede social localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1140, 7º A, Condição, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-930. **2. Convocação:** Dispensada a publicação de Edital de Convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, por estarem presentes os acionistas representantes da totalidade do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Presença e Quórum de Instalação:** Verificada a presença de acionistas titulares de 10.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando 100% do capital social total da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram conduzidos pela mesa da reunião, composta pelos Srs. (i) Presidente: Roberto Chilverguer; e (ii) Secretário: Roberto Chilverguer. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia e a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas autorizaram a lavratura da Ata desta Assembleia na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e, dado início à discussão das matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: **6.1.1.** Aprovar, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.660.000, mediante a emissão de 1.660.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, em moeda corrente nacional, já realizados, e referentes aos quais os sócios da sociedade se conferem mutuamente, neste ato, plena, rasa e irrevogável quitação, no valor total de R\$ 1.660.000,00, conforme Lista de Subscrição **Anexo I** à presente ata. Consequentemente, altera-se o art. 5º do estatuto social da Companhia, para refletir o seu novo capital social, que passará a ser de R\$ 1.670.000,00, dividido em 1.670.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 5º - O capital social é de R\$ 1.670.000,00, dividido em 1.670.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional.**". **6.2.** Aprovar, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo II** à presente ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 26 de setembro de 2025. *Certidão confere com o original lavrado em livro próprio.* **Composição da Mesa: Roberto Chilverguer - Presidente; Roberto Chilverguer - Secretário; Visto do Advogado: André Bastos Lopes Ferreira - OAB/SP 390.986. JUCESP sob nº 329.826/25-6 e NIRE 10/3505/0039328. Capítulo I - Da denominação, sede, objeto e duração: Art. 1º. A Medisempes Securitizadora de Recebíveis S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede e domicílio na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1140, 7º A, Condição, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-930. Art. 2º. A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos mercantis ("Créditos Mercantis"); (ii) a emissão e colocação de títulos de capital de mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites e a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A classificação do CNAE do objeto acima será 64.92/1-00 - Securitização de créditos. Art. 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do capital social e das ações: Art. 5º.** O capital social é de R\$ 1.670.000,00, dividido em 1.670.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional. **Art. 1º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação. **Art. 2º.** A ação é indivisível em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Art. 3º.** As ações são nominativas e a sua propriedade será presumida pela anotação nos livros sociais presentes. Mediante solicitação do acionista neste sentido, serão emitidos títulos ou certificados representativos de ações, assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente. **Art. 6º.** A Companhia poderá, nos aumentos de capital, emitir ações ordinárias ou ações preferenciais, ou somente de um tipo, sem guardar prioridade entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se quanto às ações preferenciais, o limite máximo de 50% do total das ações emitidas de acordo com o disposto no art. 15, § 2º da Lei das S.A. **Art. 7º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Art. 8º.** As ações preferenciais não terão direito a voto e terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. **Art. 9º.** As emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral. **Art. Único.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Art. 10º.** É assegurado o direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem, regendo-se o exercício desse direito de acordo com a legislação aplicável. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Art. 11º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em 4 (quatro) meses, após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Art. 1º.** A Assembleia Geral será convocada e instalada em observância às disposições legais aplicáveis. A Assembleia Geral será presidida por qualquer acionista ou qualquer dos Diretores, conforme for escolhido pela maioria dos acionistas presentes à Assembleia. O Presidente da Assembleia Geral convidará, dentre os presentes, o secretário dos trabalhos. **Art. 2º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia presentes à Assembleia Geral. **Art. 3º.** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, não sendo permitido que se comutem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal acordo. **Art. 12º.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições conferidas em Lei, deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Reformar este Estatuto Social; (ii) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os administradores (incluindo Diretores e membros do Conselho Fiscal) da Companhia; (iii) Tomar, anualmente, as contas dos administradores, e destituir sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) Autorizar a emissão de debêntures; (v) Suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (vi) Deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (vii) Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (viii) Autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial. **Art. Único.** As deliberações da Assembleia Geral serão válidas somente se tomadas em conformidade com as disposições da Lei das S.A., conforme alterada. **Capítulo IV - Da administração - Seção I - Da Diretoria: Art. 13º.** A Companhia será representada da seguinte forma: será administrada isoladamente pelo Diretor-Presidente, com prazo de gestão de 3 anos, permitida a reeleição. (i) Para a prática de atos que envolvam a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos; (ii) Apresentar bens em garantias reais para terceiros, inclusive bens imóveis, e assinar contratos e alterações, inclusive de empréstimos; (iii) Instalar e presidir as reuniões da Diretoria e executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria; (iv) Planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias; (v) Representar a Companhia, perante as suas sociedades controladas e coligadas, bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avenças de eventuais acordos de acionistas, se houver; e (vi) Exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades. **Art. 14º.** A Diretoria será sempre outorgada em nome da Companhia e pelo Diretor-Presidente. **Art. 15º.** A Diretoria será composta por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) membros titulares e 1 (um) membro suplente, sendo que os membros da Diretoria terão prazo de duração superior a um ano e serem nomeados e destituídos pelo Diretor-Presidente. **Art. 16º.** A Diretoria poderá autorizar expressamente a prática de atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ainda pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador. **Art. 14º.** Compete especificamente ao Diretor-Presidente: (i) Instalar e presidir as reuniões da Diretoria e executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria; (ii) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias; (iii) representar a Companhia, perante as suas sociedades controladas e coligadas, bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avenças de eventuais acordos de acionistas, se houver; (iv) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades. **Art. Único.** O Diretor-Presidente será eleito pela Assembleia Geral dos acionistas e exercerá a função durante seu mandato. Na hipótese de impedimento, ausência, inatidão ou falecimento do Diretor-Presidente, outro Diretor substituirá o Diretor-Presidente, sendo investido em suas funções, e convocará a Assembleia Geral dos acionistas para eleger um novo membro para ocupar o cargo vago. **Art. 15º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer um dos Diretores. **Art. 1º.** As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença da maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Diretor-Presidente um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal secretário seja membro da Diretoria. **Art. 2º.** Os membros da Diretoria que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes, e a reunião será ainda considerada regular a reunião da qual todos os Diretores tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente ou que o respectivo voto seja enviado à sociedade na forma do parágrafo terceiro abaixo. **Art. 3º.** Os membros da Diretoria poderão votar por e-mail, fax, carta ou telegrama enviados à Companhia em atenção do Diretor-Presidente e caberá, neste caso, ao Secretário da reunião lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado. **Art. 4º.** Nas reuniões a Diretoria delibera por maioria de votos, cabendo a cada Diretor um voto, e cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade em caso de empate. **Art. 5º.** As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de sistema mecanizado. **Art. 6º.** O Presidente da reunião de Diretoria deverá observar e fazer cumprir as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, não permitindo que se comutem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal acordo. **Art. 16º.** A remuneração dos Diretores será determinada pela Assembleia Geral, de modo que não exceda o valor mensal, fixado em montante anual ou mensal, global ou individual, obedecido o disposto no caput do art. 152 da Lei das S.A., cabendo à Diretoria, em Reunião de Diretoria, promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global. **Seção II - Do Conselho Fiscal: Art. 17º.** O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em lei, será composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes. **Art. 1º.** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais. **Art. 2º.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral. **Art. 3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **Art. 4º.** Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **Art. 5º.** Em caso de impedimento ou ausência permanente no cargo de um membro do Conselho Fiscal sem que haja suplente a substituí-lo, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar uma Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante. **Capítulo V - Do exercício social e demonstrações financeiras: Art. 18º.** O exercício social iniciará-se em 01 de janeiro e terminará no dia 31 de junho de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **Art. 1º.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por Lei: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (iii) demonstração do resultado do exercício; e (iv) demonstração dos fluxos de caixa. **Art. 2º.** Fará parte das demonstrações financeiras do exercício a proposta da Administração sobre a destinação a ser dada ao lucro**

Empresas & Negócios

**Lemvig RJ Infraestrutura
e Redes de Telecomunicações S.A.**

CNPJ/MF 36.741.993/0001-08 - NIRE 35300621981

Aos 28/11/2025 a Acionista titular da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em emissão da Companhia compareceu a sua sede às 10hrs00min independentemente de convocação e, tendo como Presidente da Mesa o Sr. Daniel Lafer Matandos, secretariado pela Sra. Carolina de Farias Vilela, foi instalada a Assembleia Geral Extraordinária que teve como ordem do dia: 1º - Deliberação sobre a participação integral no capital social da Siberian IV Participações Ltda. - CNPJ nº 17.876/0001-52 (CNPJ nº 17.876/0001-52) sediada em São Paulo - SP ("Siberian IV"); 2º - Deliberação da Acionista manifestou seu voto favorável à aquisição da Sociedade tal como concedeu expressa autorização à administração da Companhia para realizar atos tais quais fossem necessários para efetivar a deliberação imediatamente anterior. Encerrou-se a Assembleia Geral e lavrou-se a ata que foi levada a registro perante a JUCESP certificado sob o nº 413.221/25-6 em sessão de 04/12/2025. **Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.**

AA Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 09.285.493/0001-28

Edital de Convocação

Ficam convocados todos os acionistas da **AA Empreendimentos e Participações S/A** para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da empresa, no dia **17 de dezembro de 2025, às 11h00**, em primeira convocação e, caso não haja quórum, em segunda convocação, às **11h30** do mesmo dia, para examinar e deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Aprovar as contas dos administradores, relatório da diretoria, balanço patrimonial encerrado em 08 de dezembro de 2025, demonstrações financeiras, de resultado e do fluxo de caixa, documentos estes colocados à disposição dos senhores acionistas; b) Aprovar a proposta da diretoria para distribuição dos resultados do exercício; c) Aprovar a proposta da diretoria para distribuição de reservas de lucros constituídas nos exercícios anteriores; d) Tratar de outros assuntos de interesse da sociedade. **DIRETORIA.** (05, 06 e 09)

Comercial e Empreendimentos Brasil S/A

CNPJ nº 60.583.747/0001-41

Edital de Convocação

Ficam convocados todos os acionistas da **Comercial e Empreendimentos Brasil S/A** para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da empresa, no dia **17 de dezembro de 2025, às 14h00**, em primeira convocação e, caso não haja quórum, em segunda convocação, às **14h30** do mesmo dia, para examinar e deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Aprovar as contas dos administradores, relatório da diretoria, balanço patrimonial encerrado em 08 de dezembro de 2025, demonstrações financeiras, de resultado e do fluxo de caixa, documentos estes colocados à disposição dos senhores acionistas; b) Aprovar a proposta da diretoria para distribuição dos resultados do exercício; c) Aprovar a proposta da diretoria para distribuição de reservas de lucros constituídas nos exercícios anteriores; d) Tratar de outros assuntos de interesse da sociedade. **DIRETORIA.** (05, 06 e 09)

Yerant S/A Empreendimentos Imobiliários

CNPJ nº 01.924.030/0001-57

Edital de Convocação

Ficam convocados todos os acionistas da **Yerant S/A Empreendimentos Imobiliários** para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da empresa, no dia **17 de dezembro de 2025, às 10h00**, em primeira convocação e, caso não haja quórum, em segunda convocação, às **10h30** do mesmo dia, para examinar e deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Aprovar as contas dos administradores, relatório da diretoria, balanço patrimonial encerrado em 08 de dezembro de 2025, demonstrações financeiras, de resultado e do fluxo de caixa, documentos estes colocados à disposição dos senhores acionistas; b) Aprovar a proposta da diretoria para distribuição dos resultados do exercício; c) Aprovar a proposta da diretoria para distribuição de reservas de lucros constituídas nos exercícios anteriores; d) Tratar de outros assuntos de interesse da sociedade. **DIRETORIA** . (05, 06 e 09)

Multinacional abre inscrições para Programa de Jovem Aprendiz

A multinacional Syngenta está com oportunidades de trabalho para Jovens Aprendizizes, com 10 vagas destinadas a pessoas entre 16 e 22 anos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio ou superior no período noturno. As inscrições podem ser acessadas pelo site da empresa e ficarão abertas até que ocorra o preenchimento das posições.

oferecem jornada de 6h diárias, salário competitivo, vale-transporte ou fretado (de acordo com a localidade), refeição, assistência médica, 13º salário, férias e FGTS.

As vagas abertas são direcionadas a diversas áreas, como Recursos Humanos, Assuntos Regulatórios, Produção e Pesquisa & Desenvolvimento, além de diferentes localidades onde a empresa opera, como São Paulo (SP), Holambra (SP), Indaiatuba (SP), Uberlândia (MG), Formosa (GO) e Aracati (CE) (<https://jobs.syngenta.com/jobs?options=180%-2C13&page=1>).

Dentre as oportunidades, há vagas afirmativas direcionadas a pessoas pretas e pardas. A jornada é de seis horas diárias, com contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As vagas

Publicidade Legal



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/114F-E369-06B3-E329> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 114F-E369-06B3-E329



Hash do Documento

34C0999099F1DD021DD5398D956D74E0850A38C084469A11C51F5195A9FFA53B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/12/2025 é(são) :

- ☒ Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 04/12/2025 19:10 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

